



ISSN 1981 - 3031

A ESCOLA NORMAL DE MACEIÓ NA MEMÓRIA DE UMA IDOSA (1919-1940)

Manuella Souza de Oliveira UFAL)
manuellajr@gmail.com

Maria Adriana dos Santos (UFAL)
adriana.ufal@gmail.com

RESUMO

Esta comunicação tem como objetivo analisar a memória educacional de uma idosa, ex-aluna da Escola Normal de Maceió, nascida em 1919, cujo ingresso na instituição se deu em 1934, seguindo até 1938. Os relatos que a referida idosa traz são relevantes, os quais abordam desde a infância no âmbito escolar até sua atuação como professora. A metodologia adotada segue as orientações da história oral. Neste sentido a obra de Thompson (1992) contribui no entendimento metodológico utilizado, a partir de entrevista semi-estruturada, a fim de compreender sua trajetória de vida escolar tanto como aluna quanto professora. Em seguida é tratado o tema a memória e aspectos da referida idosa, com base em Bosi (2003) que ajuda a compreender o contexto da memória de idosos. Do ponto de vista do contexto histórico da educação em Alagoas, Costa (1931) traz elementos sobre alguns dados gerais sobre os grupos escolares; e Verçosa (2001) aborda a história da educação de Alagoas, e por fim será abordado o itinerário da entrevistada na Escola Normal de Maceió, correspondente a primeira metade do século XX. Para isso, foi utilizado Vilela (1982) que dar apoio para o entendimento da trajetória do Curso Normal. A partir desta entrevista obteve-se, dados importantes sobre o primeiro jardim de infância criado em Alagoas em 1923, na qual foi à primeira escola frequentada pela idosa, cujo o diretor deste grupo escolar foi Craveiro Costa, jornalista e foi o primeiro historiador da educação em Alagoas. A idosa ao tratar da Escola Normal trouxe fatos significativos para pesquisa como os procedimentos adotados para o aluno ser aprovado no curso; como se dava as aulas práticas, lembrou o antigo corpo docente: Linda Mascarenhas, dentre outros. Atuou como professora em vários colégios particulares na capital, além de ter ministrado o curso pedagógico (antigo magistério) no Instituto de Educação (antiga Escola Normal). Esse tipo de relato é uma riqueza que muitas vezes não chegam aos textos escritos, sendo então possível complementar ou revisar elementos elaborados pela Ciência histórica. Por fim, vale mencionar que as lembranças da infância eram constantes em sua fala.

Palavras-chave: Memória – Educação – Formação de professores

1. Introdução

O presente estudo objetiva analisar a memória educacional de uma idosa, nascida em 1919, na cidade de Maceió. Foi ex-aluna da Escola Normal, cujo ingresso na referida instituição se deu em 1934, seguindo até 1938. Além de ter atuado como professora de vários colégios da capital alagoana como: Colégio Marista, colégio de São José, dentre outros. No primeiro momento faremos um breve esboço relacionado à história de educação em Alagoas no início do século XX, por conseguinte abordaremos o perfil e memória educacional de uma idosa e, por fim trataremos sobre a Escola Normal na primeira metade do século XX. A base de apoio deste trabalho se encontra em autores, como Verçosa (2001), Vilela (1982), Costa (1931), os quais foram selecionados porque nos ajudam a desvendar a educação do começo do século XX, a fim de situar a memória relatada pela idosa. Além dos autores como Bosi (2003) e Thompson (1992) que nos ajudarão no entendimento do conceito de memória e história oral, isto é, de seu uso para recompor a história da educação brasileira. A idosa relatou sua memória através de uma entrevista semi-estruturada, a fim de apreender relato da sua vida escolar na condição de aluna e de professora. É bom observar que a escuta da idosa passou além de uma técnica de entrevista, e sim uma história de vida, captando assim elementos importantes para nossa pesquisa. Neste sentido Thompson (1992, p.254) ressalta:

Porém, há muitos estilos diferentes de entrevista, que vão desde a que se faz sob a forma de conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntar, e o bom entrevistador acaba por desenvolver uma variedade do método que, para ele, produz os melhores resultados e se harmoniza com sua personalidade. (THOMPSON, p. 254)

Sendo assim a história oral é uma fonte importante para poder recuperar a história de vida de pessoas que não tiveram acesso à cultura letrada ou aquelas que não tiveram a oportunidade de publicar sua trajetória de vida, mesmo considerando sua importância, para melhor entender a educação de Alagoas, além de contribuir para a pesquisa e/ou para o pesquisador.

[...] feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos sensibilidades de uma época! O que se dá se o pesquisador for atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi só sugerido e encoberto pelo medo [...] (BOSI, 2003, p.16 E 17)

A memória é um artifício do presente insaciável do passado. Neste sentido Bosi (2003, p. 20) nos cita que “*A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa.*” Isto quer dizer que ao entrevistarmos uma pessoa temos que ter cuidado, principalmente quando se trata de um idoso/a, pois eles geralmente não seguem uma sequência cronológica. Vale dizer que a partir da história oral é possível complementar ou revisar elementos elaborados pela história escrita. Quanto à riqueza de detalhes se pode recuperar a partir de relato de uma pessoa que teve sua experiência no âmbito educacional que jamais chega aos textos escritos. Bosi (2003, p.19):

Como arrancar do fundo do oceano das idades um “fato puro” memorizado? Quando puxarmos a rede veremos o quanto ela vem carregada de representações ideológicas. Mais que o documento unilinear, a narrativa mostra a complexidade do acontecimento. É a via privilegiada para chegar até o ponto de articulação da História com a vida quotidiana. Colhe pontos de vista diversos, às vezes opostos, é uma recomposição constante de dados.

A autora acrescenta “A memória oral também tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade.” (p.18). Neste sentido é bom lembrar que há poucos trabalhos publicados em relação à história da educação de Alagoas, com exceção de Costa e Verçosa.

Na entrevista foi indagado sobre o tipo de ensino, castigos físicos, livros didáticos, tempo de estudo, dentre outras. Vale a pena destacar que a idosa nos recebeu com a maior satisfação e gentileza, porém tivemos um impasse só na questão da forma como relatava, isto é, cronologicamente, pois ainda que insistíssemos em saber como foi seu percurso dentro do contexto escolar, principalmente na Escola Normal, percebemos que ela tinha uma necessidade de voltar sempre para infância. Neste sentido Bosi (2003, p.18) “*Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento. Esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no quotidiano das pessoas. Dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época*”.

Nessas memórias de infância ela traz o grupo escolar Diegues Junior, como citaremos depois, 1º jardim de infância, esse dado consta na escrita de Craveiro Costa.

2. Breve contexto da História da Educação de Alagoas no início do século XX

A partir da primeira década do século XX até os anos 40 configura-se no Brasil a era dos grupos escolares. O governo republicano tentou institucionalizar o processo educacional brasileiro. As escolas primárias não possuíam prédios próprios, passando a reunir as escolas isoladas em grupos escolares. Costa (1931, p. 23) lembra que:

Não havia uma só escola instalada em prédio próprio; todas funcionavam em casas comuns, de aluguel, desprovidas dos requisitos mais elementares de higiene. O mobiliário, em algumas eram antiquíssimo, em outras era o próprio mobiliário modestíssimo do professor; em muitas, “caixas vazias de querosene”, e havia escolas em que os alunos se sentavam no próprio solo, como se viu no ano passado (1904) num dos grupos escolares da capital.

No começo do século XX, o coronelismo em Alagoas irá se estruturar de uma forma dominante. Euclides Malta que governa Alagoas no período de 1900 a 1912, porém 1903 a 1906 sede o cargo para seu irmão Joaquim Vieira Malta. “*Poder dos Malta vai se espriar por todos os setores da vida alagoana de forma avassaladora*”. (Verçosa, 2006, p. 103). Vale destacar o coronelismo:

O *coronelismo*, que tem suas raízes já no mandonismo local que vem dos tempos da Colônia e atravessa todo o império, vai encontrar agora, com o advento da República, um campo propício para se estruturar como forma política dominante em terras alagoanas. [...] Se a desorganização dos serviços públicos em todo o país vai reforçar o poder dos *coronéis*, em Alagoas, onde o Estado enquanto prestador de serviço vinha, há muito, sendo o grande ausente para a maioria da população a presença do *coronel* vai se mostrar com grande vigor. (VERÇOSA, 2006, p.98)

A Revolução de 1930 colocou no poder uma aliança de militares e oligarquias marginalizadas pelo sistema oligárquico, aliança centralizada em princípio antioligárquico. No Nordeste, a estrutura física das escolas isoladas continuarão do mesmo jeito, porém houve poucas mudanças. Graciliano Ramos nesta época (anos 30) ocupa o cargo de secretário de educação em Alagoas relata que em 1935, dos 17 grupos escolares existentes oito estavam em casas arranjadas à pressa, sem nenhuma aparência de escolas. Segundo ele o sistema de criar grupos escolares, após a revolução de 1930 só existia em decretos. Vale ressaltar no final do ano de 1930 foi decretado a criação do Curso Rural:

O Decreto n. 1. 429, de 1º de Dezembro de 1930 criou o Curso Rural, anexo a cada um dos grupos escolares do interior. O fim desse curso foi justamente evitar a continuação de nomeações de pessoas analfabetas para o professorado extranumerário. Esse curso, feito em dois anos, exige para matricula o exame do 4º ano dos grupos escolares [...] (COSTA, 1931, p.45)

Ainda nesta década finalmente é “ampliada à formação de professores, através da criação de duas escolas normais no interior: a de Viçosa, em 1º de março de 1934 e a de Penedo, em 30 de abril do mesmo ano.” (VERÇOSA, 2001, p. 172). Posteriormente foi estabelecida outra reforma, através do decreto 2.225, em 1936, onde a grade curricular da Escola Normal de Alagoas, foi reorganizada em 5 anos, com as seguintes

disciplinas: Psicologia Aplicada à Educação, Sociologia, Pedagogia, Didática, Metodologia Geral, Higiene e Pedologia.

O governo criou outro curso normal em 1937, sendo alojada no Asilo Nossa Senhora do Bom Conselho, esta instituição era beneficente, desde o Império, pois se destinava a atender às meninas órfãs. Pois já existia um Curso Normal, o qual passou a funcionar nesse mesmo ano no Grupo Escolar Modelo (Instituto de Educação).

Finalmente, através do decreto 2.229, de 18 de novembro de 1937, a Escola Normal de Maceió, expressão única de toda a política de formação de professores, em Alagoas, até aquele momento, juntamente com a Escola de Aplicação a ela anexa, passa a se chamar Instituto de Educação, recebendo novo prédio, o mesmo onde hoje funciona a Secretaria de Estado da Educação. (VERÇOSA, 2001, p. 172)

De 1937-1945 quem atua no Ministério da Educação e Saúde é Gustavo Capanema, que, em 1942 promoverá as chamadas Leis Orgânicas do ensino, determinando sobre os níveis de ensino primário, secundário e profissionalizante, implementadas entre 1942 a 1946, ou seja, para além do Estado autoritário do qual é nascente. Tais leis seriam diferenciais para épocas posteriores e de base estrutural para primeira lei de diretrizes da educação brasileira de 1961. Em Alagoas nos anos 40, Verçosa (2001) menciona:

Com a centralização da legislação do ensino nas mãos do Governo do Estado Novo, a década de 40 será marcada pela promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal, com a criação de dois ciclos de formação – o de regente de Ensino Primário, em quatro anos, e o de formação de professores primários, em três anos, sendo essas diretrizes obrigatórias para os Cursos Normais que iriam se ampliar em Alagoas a partir da década de 50, inclusive por iniciativa privada. (p.173)

Vale (re) lembrar que nos anos iniciais da década de 40, a república brasileira corroborou a potência das forças dos latifundiários, seja da cana de açúcar no Nordeste, do algodão e do café no sudeste. Essas forças do bloco oligárquico não demonstravam cansaço com o autoritarismo da classe que detinha o poder, no processo eleitoral, que geralmente acontecia de forma fraudulenta, restrito aos homens letrado. No Brasil com a ascensão de Getúlio Vargas, os grupos de direita tiveram seu espaço efetivado, a exemplo do integralismo, porém não foram satisfatórios para modificar o governo Vargas num governo nos moldes fascistas.

3. Perfil e Memória da educação de uma idosa

Agora discorreremos um pouco sobre o perfil da idosa que entrevistamos, tem 90 anos de idade, nasceu em Maceió-AL, no dia 21 de novembro de 1919. Durante a entrevista, a idosa traz a tona, suas memórias de infância, a qual morava com sua vó no

bairro de Jaraguá, já seus pais moravam em São Luiz-AL. Com relação ao seu estudo, que segundo a mesma começou a estudar na escola quando tinha cinco anos de idade, no grupo escolar Diegues Junior¹, este prédio fica localizado até hoje na Pajuçara, bairro nobre da cidade, ela ressalta que é o 1º jardim de infância instalado na capital. Tendo como diretor desse grupo escolar o Craveiro Costa².

As escolas infantis, denominada Jardim da Infancia, que serve de intermediária entre a família e a escola, iniciam a educação pré-escolar das crianças de ambos os sexos, no curso de dois anos. Esta instituição foi fundada no Estado em 1923, pelo Craveiro Costa, quando diretor do grupo escolar “Diegues Junior”. (COSTA, 1931, p. 60 e 61).

A idosa lembra com entusiasmo de Craveiro Costa que *“ele ia para escola, ele gostava de se sentar e de ver os meninos brincarem, mandava que a gente subisse nas cadeirinhas para coçar a cabeça dele, eu sentia que ele era feliz ao ver os meninos correndo”*. A memória passa por um momento de avaliação contínua, no caso as lembranças tem uma missão coletiva. Bosí (2003, p. 17) diz *“Parece que há sempre uma NARRATIVA COLETIVA privilegiada no interior de um mito ou de uma ideologia. E essa narrativa explicadora e legitimadora serve ao poder que a transmite e difunde”*.

A entrevistada recordou que o nome de sua primeira professora foi Maria Rosalia Ambrozzio (Conhecida como Maroca Ambrozzio), e que a mesma tinha estudado com Maria Montessori, a qual trouxe idéias da Itália, ensinava aos alunos o modo de como se comportar com muita serenidade, levando a conhecer as coisas da vida, a idosa dar ênfase a educadora que marcou sua vida *“A professora ensinava até como devia comer banana, ela falava assim: a banana deve ser descascada como uma florzinha, ela não foi somente professora na sala de aula”*. Acrescentando ainda que a professora era extraordinária, que se impressionava a maneira fidalga da mesma. Costa (1931, p. 61) menciona: *“... Jardim de infância ...é servido por professores hábeis na especialidade, que segue rigorosamente os processos educativos de Montessori e Decroly.”*

¹ O nome da escola foi em homenagem ao Professor de Geografia do Liceu e da Escola Normal, Manoel Balthazar Diegues Junior, o qual publicou em 1890 o *Compêndio de Geographia e Cosmographia* aprovado para uso do Curso Normal e das escolas Primárias de Alagoas. MADEIRA (2008, p. 57) acrescenta que o referido professor ajudou a fundar o Colégio Bom Jesus (escola particular), juntamente com o Francisco Domingues da Silva.

² Assumiu outros cargos tais como: Jornalista, político, historiador, estatístico, na rede pública exerceu o cargo de Contador da Recebedoria de Rendas, Contador geral do Estado, Diretor de Produção e trabalho (posteriormente, Departamento Estadual de Estatísticas) foi redator do *“Guttemberg”*, jornal de oposição, com este último ganhou poderosos inimigos políticos, sendo obrigado a emigrar de Alagoas. (Maceió 180 anos de história, p. 559)

No jardim de infância passou um ano, ressalta que antes de ir para a alfabetização já conhecia as letras. Aos seis anos de idade, quando foi para a alfabetização aprendeu a ler palavras soltas, cuja professora era Irene Braga de Miguez Garrido³, foi aluna da Escola Normal, foi nomeada professora logo que se formou. Já a tabuada só veio aprender com sete anos. Além disso, lembrou que na infância cantava uma vez por semana o hino Nacional, “*no dia 19 de novembro é o dia da bandeira nacional, eu cantava o hino da bandeira, pensa que eu não lembro das datas? Lembro sim. Tem o dia 07 de setembro, dia da Independência, cantava também o hino das Alagoas: Alagoas estrela radiosa...*”.

A idosa contou que sempre que podia enviava bilhetinho para sua mãe, sendo uma escrita que marcou quando criança, no qual lembra que com sete anos escreveu “*Para minha mãe... Eu quero ir embora*”. Nessa fase ela morava com sua vó na capital e sua mãe em São Luiz do Quintode. Ressaltou que a sua mãe veio a falecer quando tinha oito anos de idade. Em seguida perguntamos qual foi à leitura que marcou sua trajetória escolar, ela respondeu que não recordava, porém disse que ao ensinar particular a um aluno que estava sendo alfabetizado há dois meses, então ele leu: “*Lá vem Papai. Isso me surpreendeu, pois tinha pouco tempo em que eu estava alfabetizando, e ele ao ler a frase perguntou: Lá vem Papai? E eu afirmei: Sim, Lá vem Papai*”.

Em relação aos castigos escolares durante a infância falou que a professora mudava o aluno de lugar, além de na hora do recreio, a criança não podia brincar e tinha que ficar perto da professora. Já as brincadeiras na escola eram: amarelinha, roda e pular corda. Lembrou que na terceira série, a professora fazia uma meia lua com os alunos em volta da sua banca, os quais ficavam em pé, estimulando-os na aprendizagem nas matérias (Geografia, História e Matemática). “*Eu perdia muito em matemática, por não ter raciocínio rápido (regra de três, raiz quadrada), ninguém queria ficar em terceiro ou segundo lugar.*” Ela ressaltou: “*A matemática pra mim é como se fosse uma casa que eu nunca entrei e tinha que procurar algo que eu não sabia*”. Na disciplina de Português fazia cópia e ditado.

³Foi aluna da Escola Normal, sendo nomeada professora logo que se formou, atuou como professora no Grupo Escolar Diegues Junior, chegando a assumir o cargo de diretora nesta instituição. Além de ter exercido outras funções como secretária do Conselho de Ensino da Secretaria de Educação (1932-1942). Em 1933 foi conduzida a função de Inspetor Técnico de Ensino Primário. BOMFIM e SILVA (2007, p. 154)

Segundo a idosa ao terminar o ensino primário, não tinha idade suficiente para entrar na Escola Normal, pois ainda em sua época só era permitida entrada dos alunos com 14 anos de idade. Porém ela pode ter se equivocado, pois de acordo com Vilela (1982) em meados da primeira década do século XX, os candidatos tinham que ter idade 16 anos (mínima) e máxima de 21. Vale ressaltar que isto já acontecia no sec. XIX, pois o Curso Normal exigia alguns critérios para se tornar aluno, como por exemplo, ter pelo menos 16 anos no ato da matrícula, prestar exame que comprovasse conhecimento em leitura, noções gerais de gramática nacional, escrita e conhecimento das quatro operações de aritmética sobre números inteiros, além de apresentar boa conduta civil e moral⁴. Essas condições teriam que ser provadas na presença do Inspetor Geral dos Estudos.

Logo com seus treze anos foi matriculada na escola profissional feminina, nesse estabelecimento passou um ano estudando francês, culinária, ginástica, pintura, costura, bordado, geografia, taquigrafia. A idosa disse que em uma das aulas de Francês a professora pediu que ela argüísse a língua francesa, e neste momento Graciliano Ramos, secretário da educação (cargo assumido nos anos de 1930, em Alagoas) na época, chegou na porta da sala de aula e ficou só observando. “*Quando eu vi Graciliano, fiquei nervosa... ele falou: para se falar francês é preciso fazer um biquinho; demonstrando assim através de exemplos. Ele descia do seu pedestal e ia fazer visita, ele aparecia de surpresa nas escolas.*” Ao completar quatorze anos de idade ela ingressou na Escola Normal de Maceió, o qual trataremos em seguida.

4. Trajetória da formação e atuação escolar da ex - aluna da Escola Normal (século XX)

Em 1934⁵ matriculou-se na Escola Normal de Maceió, antigo curso normal. Este curso foi instalado em alagoas na segunda metade do século XIX, em 9 de junho de 1869, quando oficialmente o médico Joaquim José de Araújo assumia as funções de diretor e professor da instituição. De acordo com o regulamento de 1869, o Curso Normal passou a funcionar em uma das salas do Liceu Provincial, durante todo o século XIX, embora o art. 19 da resolução 424 garantisse um prédio apropriado. É importante salientar que em Maceió não havia nenhum prédio público escolar à época. A casa onde

⁴ *Diário das Alagoas*, 7 de Julho de 1869, p. 03, nº 152.

⁵ Em 1933, houve o decreto 1.627, o qual foi acrescido ao currículo de formação de professores da Escola Normal as disciplinas de História da Educação, Pedagogia e Organização Escolar. Por este decreto, a iniciativa privada recebia a permissão de, pela primeira vez, oferecer também cursos normais, desde que observado rigorosamente o modelo seguido pela Escola Normal oficial. Verçosa (2001, p. 172)

funcionava o Liceu era alugada, ocasionando dispêndios aos cofres da província. Vale dizer que o jornal *Diário das Alagoas* do dia 2 de julho de 1869 noticia o início do funcionamento do Curso Normal, assim como a aprovação do regulamento, dispondo sobre a forma de ingresso dos alunos, currículo, avaliação, aulas práticas, entre outras. Entretanto, só início do século XX, passa a ser denominada Escola Normal. Verçosa (2001, p. 169) lembra:

Somente em 1904, através do decreto 312, é que o curso normal aparecerá, na legislação, de forma individualizada, dando-se então a base para a construção da verdadeira Escola Normal tão desejada. [...]. Através deste, finalmente, o Curso Normal passaria a ter seu currículo próprio, com corpo docente especial, nova estrutura com 4 anos [...]

O autor ressalta que só “em 1912 a Escola Normal, depois de testada, por 6 anos, a estrutura é delineada em 1906...” (p.169), no qual o curso normal obtém seu próprio perfil, deliberado pelo decreto 601. Vilela (1982, p. 191):

Para história da Escola Normal, na ordem dos fatos, o regulamento baixado pelo dec. 601 constituiu-se na carta magna de seu direito, na carta de alforria de sua liberdade. Direito e liberdade que lhe dariam, a seguir estatutos e casa próprios. Não mais *curso normal* e sim: ESCOLA NORMAL DO ESTADO DE ALAGOAS.

A casa em que a idosa estudou quando normalista era no prédio onde funcionou a Escola Fernandes Lima, hoje em dia neste imóvel funciona o CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos). Neste sentido Verçosa diz: “... a criação autônoma da Escola Normal, em 1912, e o aluguel, em 1913, do prédio, somente adquirido em 1924, situado na rua XV de Novembro, atual João Pessoa...” (2001, p. 168). Vale lembrar que no geral, as escolas normais foram criadas para atender alunos do sexo masculino, e posteriormente, já no final do século XIX, serão ocupadas por meninas. Na época em que era normalista, sua turma era composta apenas por mulheres, no total de 40 alunas, porém existiam alguns alunos homens na Escola Normal. Ressaltou que a frequência era predominantemente do sexo masculino no Liceu Alagoano. Seus livros didáticos eram comprados pela mesma nos alfarrábios.

A duração do curso tinha um período de cinco anos e dava habilitação para ensinar as séries iniciais, sendo que no último ano era dedicado para as aulas práticas, essas aulas aconteciam na Escola Modelo que ficava na rua São Benedito, no Centro de Maceió, onde atualmente funciona a Secretaria da Educação. Ela nos contou que no 5º quinto ano da Escola Normal, tinha que fazer relatório. De acordo com regulamento de 10 de março de 1932 destina todo o capítulo XVIII à “prática profissional”:

“[...] O aluno-mestre deverá registrar as suas observações em um caderno especial, apresentando-as até 30 de outubro, devidamente comentadas, ao

professor de psicologia, que lhes conferirá uma nota a entrar como coeficiente para a média anual [...]”. (VILELA, 1982 p. 215)

A idosa fez uma breve descrição como se dava as aulas práticas: no 1º momento seria observar o que a professora fazia, a maneira que ela ministrava a aula, no 2º participava juntamente com a professora em todas as aulas, isto é, acompanharia os alunos vendo como estava escrevendo, o que estava usando, no 3º e último momento iria reger a aula, só que na vista da professora, a qual passava com antecedência o assunto que seria ministrado pelas normalistas, e a partir disso a educadora daria a média à aluna. Era feito uma escala para as normalistas, três vezes por semana, pois passavam por todo esse processo em todas as séries (primeira, segunda, terceira e quarta). Vilela (1982, p. 215) afirma que os alunos participam das aulas práticas três vezes por semana. O autor cita o relatório de Alfredo de Araújo Rego de janeiro de 1914, em relação à prática de ensino:

[...] Durante os últimos anos do curso, é o aluno obrigado a acompanhar, diariamente pelo espaço de 1 hora, as práticas da Escola Modelo, sendo que, no último ano, às quintas feiras, toma parte alí em todos os trabalhos escolares, desde o começo até o enceramento das aulas. Juntamente com as matérias do 4º ano é o aluno submetido, no fim do ano, as provas de metodologia aplicada, em seguida às quais é julgado o seu aproveitamento, não só pelas médias do exame, como ainda pelas médias de aplicação alcançadas na Escola Modelo e nas aulas da Escola Normal, no decorrer do ano letivo, regime de julgamento, aliás, adotado nos demais anos do curso [...](1982 p. 215)

A idosa lembra alguns nomes de professores que a ensinou quando cursava a Escola Normal como Dr. Amphiphio de Mello (conhecido como Jayme de Altavila) com a disciplina História das Alagoas, Théo Brandão com Saúde e Higiene, Lindaura Vieira Mascarenhas (conhecida como Linda Mascarenhas) com Francês, Sebastião Vaz Pereira da Hora com Psicologia, Mário Marroquim do Nascimento com Português, Manoel Vianna de Vasconcelos com Matemática, Ib Gatto Falcão com Pedagogia, Joaquim Ramalho com Geografia, (este também assumia o cargo de diretor em 1934). Vale salientar que antes do referido diretor assumir esta função, em 1932 houve um decreto cujo número é 1623 que determinava que o diretor da Escola Normal seria o mesmo do Liceu alagoano. Entretanto, em 1 de fevereiro de 1933 houve outro decreto 1.731 que desvinculou a administração totalmente de ambas instituições. Vilela lembra:

Em 11 de maio de 1934, é nomeado diretor efetivo o bel. Jacintho Medeiros Filho. Licenciando-se no ano seguinte, é substituído pelo professor de geografia, dr. Joaquim Ramalho, na oportunidade nomeado vice-diretor. A transformação da Escola Normal em Instituto de Educação (dec. 2298, de 18 de novembro 1937) ainda se efetua na gestão do dr. Joaquim Ramalho. (VILELA, 1982, p.263 E 264)

A farda adotada quando ingressou na escola normal, no início de 1934 era a saia verde, casaco verde e uma blusa branca ambas de mangas compridas, sendo determinado pelo então diretor Manoel Vianna de Vasconcelos. Entretanto a farda não foi aceita pelas normalistas, as quais protestaram, levando a saída do referido diretor que só assumiu dez dias nessa função. No entanto foi substituída pela antiga, azul-marinho. Vale dizer que a primeira farda foi introduzida na Escola Normal em 1914 (saia caqui, blusa branca de mangas compridas, sapatos pretos e meias compridas). Após essa surgiu outra: “vestido inteiro de brim azul-marinho abaixo dos joelhos, com peitilho e gola brancos, supostos, e um largo cinto de verniz preto marcando a cintura. Meias compridas de fio de Escócia e sapatos pretos completavam a indumentária.”. (VILELA, 1982, p. 271). Quando perguntamos sobre o Hino da Normalista, ela não recordou, voltando para infância, como já citamos anteriormente, no entanto existia o Hino, o qual Vilela (1982) cita que:

O Hino da Normalista aparece, pela primeira vez, em programa oficial de festas, nas solenidades de 12 de junho de 1927, data em que se comemorou o 3º aniversário do governo Costa Rego. Esse hino – letra do poeta Cypriano jucá e música do professor da Escola Normal, Frederico Regadas – foi posteriormente difundido por algumas professoras primárias (ex-normalistas) entre seus alunos, que o entoavam (ou desentoavam) sob o título de *Canção do Trabalho*. (p.273)

Porém com o passar dos anos, o hino foi totalmente esquecido, chegando ao Centenário do Instituto de Educação (antiga Escola Normal) cuja data era 9 de junho de 1969, fazendo uma improvisação de um outro, o qual poderia denominar-se Hino do Centenário e não Hino da Normalista. (VILELA, 1982).

Vale mencionar que um ano antes de concluir o curso é publicado no Diário Oficial de 6 de outubro de 1937, o seguinte aviso, subscrito pelo secretário da Escola Normal de Maceió, professor Ovídio Edgard d’Albuquerque que estava inaugurado o prédio próprio da Escola Normal⁶:

“O diretor da Escola Normal de Maceió manda avisar aos alunos deste estabelecimento que, no dia 7 do corrente, às 10 horas, serão abertas as aulas do curso normal, no prédio do Grupo Escolar Modelo, à Praça São Benedito, sendo obrigatório o comparecimento de todos os alunos, com o uniforme regulamentar”. (DIÁRIO OFICIAL, Maceió, 1937, p. 2.)

A idosa lembra com entusiasmo que o paraninfo de sua turma da Escola Normal foi o Sebastião Vaz Pereira da Hora, em novembro de 1938, ela nos disse que foi a maior homenagem que ele recebeu, no qual houve uma demonstração de afeto, pois

⁶ Ver Vilela 1982.

havia pouco tempo que ele tinha saído da prisão, além de outros, como Graciliano Ramos, que foram ditos comunistas, isto é, eles não admitiam o regime do Governo. Ela acrescenta: “*Tive sorte, uma grande oportunidade*”. A entrega do diploma foi na praça Deodoro da Fonseca.

Após formada prestou concurso em Serra da Boa Vista – Palmeira dos Índios, em seguida vai para a Vila de São Miguel dos Campos – Campo Alegre, ensinar em uma Escola Reunida do Sexo Masculino, onde a casa era de biqueira, a qual também morava “*A gente sofreu, mas valeu*”. Neste sentido, esta frase nos levou a refletir sobre as dificuldades que existiam no ambiente escolar, tanto para dar aula, pois não havia móveis adequados, nem conforto na estrutura física para ministrar a aula, no qual as crianças eram obrigadas a aprender com todos esses problemas, além de sua moradia que não era aconchegante, pois não tinha privacidade, mesmo diante disso tudo ela conseguiu superar e criar estratégias para ensinar aos alunos. Nessa última escola recebeu um apelido “chimbra nova” porque quando é nova ela corre, desliza e sempre ganha o jogo.

A referida idosa não soube dizer o período em que ficou em cada cidade. Por conseguinte, veio para Maceió assumir o cargo de professora no grupo escolar Diegues Junior, pois anteriormente havia feito o concurso. Em seguida, ensinou no Jardim Infantil (hoje escola do cego). Recebeu o convite pelos irmãos marista, para ver se dava certo ensinar em um colégio masculino. Ela frisou: “*fui primeira mulher convidada a ensinar no Colégio Marista... fui chamada como mulher, não fui chamada como homem, e o tipo como a mulher se veste que dar o respeito, então eu fui de saída*”. Lecionou em outras escolas particulares como Escola Nossa Senhora do Amparo (nessa passou pouquíssimo tempo, pois recebeu proposta melhor financeiramente) Colégio de São José, Colégio Sacramento, Madalena Sofia, ressaltou que nessas instituições ensinou o secundário. Além do Colégio Élio Lemos (cenecista), foi também convidada em 1963 para ministrar o pedagógico (antigo magistério, atual superior normal) no Instituto de Educação, pela filha do Mario Marroquim, que na época era diretora do Jardim de Infância, ficando até 1968. Quando professora não aplicava nenhum tipo de castigo físico, “*primeiro para não ser réu diante dos pais, segundo para conquistá-los. Como dizia meu pai: Quem a boca do meu filho beija, a minha adoça*”. Entendemos que ela não queria ser mal vista pelos responsáveis das crianças para não ser julgada, isto é, não ser criticada.

Cursou Geografia em três meses no Colégio Estadual de Alagoas (antigo liceu) para ensinar da primeira a quarta série. Segundo Duarte:

[...] Por contingência de lei federal, a interventoria federal no Estado viu-se obrigada a decretar a mudança do nome tradicional de Liceu. [...] O Decreto n. 145, de 26 de abril de 1945, do governo estadual, deu-lhe a nova denominação e estabeleceu outras providencias. Seu art. 1.º diz textualmente: “O Colégio Alagoano, criado pelo Decreto-lei estadual n. 2.769, de 6 de agosto de 1942, passa a denominar-se Colégio Estadual de Alagoas, de acôrdo com a autorização constante do Decreto federal n. 11.948, de 17 de março de 1943.” Daí por diante é oficialmente o Colégio Estadual de Alagoas [...] Mas, sempre o Liceu, velho Liceu. (DUARTE, 1981, p.108 e 109)

E por último fez Teologia durante nove anos em Maceió, entretanto, ela ressaltou que o curso era ofertado em cinco anos, mas por ter outros compromissos, como cuidar de sua família e trabalhar, não pôde concluir o curso no período estabelecido. A idosa disse que recebeu um convite do reitor do seminário de Maceió para fazer o curso de Teologia em São Paulo, o qual ela recusou. Ela cursou Teologia, porque se questionava todas as vezes que frequentava a Igreja Católica, o porquê das pessoas se ajoelharem em determinados momentos, o porquê de juntar as mãos na hora de rezar, causando assim inquietações e curiosidades, levando-a conhecer as doutrinas que a Igreja adotara.

5. Considerações finais

Este trabalho levou-nos a aprofundar a história da educação em Alagoas na primeira metade do século XX, através dos relatos de uma idosa nascida em 1919, que trouxe a tona lembranças de sua infância no âmbito escolar, por ter frequentado aos cinco anos de idade o primeiro jardim de infância, criado em Alagoas em 1923. Recordou do diretor deste grupo escolar, que foi Craveiro Costa, primeiro historiador da educação alagoana, jornalista, além de ter ocupado vários cargos em Maceió. A senhora entrevistada foi aluna da Escola Normal de Maceió, trazendo assim elementos relevantes para nossa pesquisa, dentre os quais, o que era necessário para as/os normalistas serem aprovados no curso, citou como era o processo das aulas práticas e o corpo docente que lecionava durante sua trajetória no curso. Expandindo assim nosso conhecimento sobre a temática. Atuou como professora em vários colégios particulares na capital, ministrou o curso pedagógico (antigo magistério) no Instituto de Educação (antiga Escola Normal). Tivemos dificuldades na recuperação dessa memória, uma vez que a idosa sentia necessidade de retornar as lembranças de infância, deixava então poucos detalhes para o objeto de estudo deste texto. De qualquer modo nos levou a

refletir sobre importância da história oral, no que diz respeito à memória educacional de Alagoas, em razão de trata-se de uma memória, como tanto outros idosos que ainda não mereceu atenção da escrita. Entendemos que esta é uma oportunidade de registrar a memória da vida escolar da idosa entrevistada.

Referências Bibliográficas

BOMFIM, Edilma Acioli e SILVA, Enaura Quixabeira Rosa. Dicionário mulheres de Alagoas ontem e hoje. Maceió – AL: EDUFAL, 2007.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo – SP: Ateliê Editorial, 2003.

COSTA, Craveiro. **Instrução Pública e Instituições Culturais de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.

DUARTE, Aberlado. **História do Liceu Alagoano**. Maceió. Dac – SENAC – AL. 1961.

MACEIÓ: 180 anos de história. Ed. Instituto Théo Brandão. Maceió – AL.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. Itinerários do Educador Alagoano Francisco Domingues da Silva (1847-1917). In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). **Intelectuais e Processos Formativos em Alagoas (Séculos XIX e XX)**. Maceió – Al: EDUFAL, 2008.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado**: História Oral. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1992.

VERÇOSA. Elcio de Gusmão. A Formação dos Professores em Alagoas: Um Olhar Retrospectivo Sobre Suas Origens. In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). **Caminhos da Educação em Alagoas: Da Colônia Aos Dias Atuais**. Maceió – Al: Edições Catavento, 2001.

VERÇOSA. Elcio de Gusmão. **Cultura e Educação nas Alagoas: História, Histórias**. 4ª edição. Maceió – AL: EDUFAL, 2006.

VILELA, Humberto. **A Escola Normal de Maceió (1869 – 1937)**. Maceió: EDUFAL, 1982.